



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 12.8.2004
COM(2004) 557 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

**Parceria para a mudança numa Europa alargada -
Reforçar o contributo do diálogo social europeu**

ÍNDICE

1.	Introdução	3
2.	A agenda da reforma: competitividade e mais e melhores empregos	4
2.1	Melhorar a adaptabilidade.....	4
2.2	Investir em capital humano e em qualidade do emprego.....	5
2.3	Atrair mais pessoas ao mercado de trabalho	5
2.4	Concretizar reformas	5
3.	O papel dos parceiros sociais: necessidade de uma parceria reforçada	6
3.1	O diálogo social europeu como forma de melhorar a governança.....	6
3.2	Necessidade de sinergias positivas.....	6
3.2.1	Sinergias com o nível nacional	6
3.2.2	Sinergias entre sectores	8
3.2.3	Sinergias entre o diálogo social europeu e o nível empresarial	8
4.	O papel da Comissão no apoio ao diálogo social.....	9
4.1	Reforçar e alargar a parceria	9
4.2	Intensificar o apoio às estruturas de diálogo social europeu no contexto do alargamento	10
4.3	Melhorar o impacto e o acompanhamento do diálogo social europeu.....	10
4.4	Acordos autónomos.....	11
4.5	Preparação da evolução futura	11
	Annex 1: Background to the European social dialogue	13
	Annex 2: Typology of the results of European social dialogue	16
	Annex 3: Drafting checklist for new generation social partner texts.....	21
	Annex 4: The sectoral social dialogue committees	22
	Annex 5: List of European social partner organisations consulted under Article 138 of the EC Treaty	23

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de uma parceria para a mudança

A União Europeia (UE) enfrenta actualmente um processo de mudança sem precedentes.

A UE adoptou uma estratégia para dar resposta a este desafio: alargamento a novas fronteiras e o objectivo de modernização económica e social acordado no Conselho Europeu de Lisboa em 2000, ao qual se acrescentou uma dimensão ambiental em Gotemburgo, em 2001.

O modelo social europeu coloca uma tónica importante na necessidade de diálogo social, sendo amplamente reconhecido que não será possível contar com economias de sucesso no século XXI sem um sistema moderno de relações laborais e sem estratégias eficazes para gerir a mudança de forma proactiva.

De forma a apoiar a execução da agenda de Lisboa, o Conselho Europeu da Primavera de 2004 instou os Estados-Membros a instituir parcerias para a mudança que contem com a participação dos parceiros sociais, da sociedade civil e dos poderes públicos, segundo as tradições nacionais.

Os parceiros sociais, com o apoio activo da Comissão Europeia, lançaram os alicerces do diálogo social europeu, tendo ambas as suas dimensões - bipartida e tripartida - sido desenvolvidas de forma dinâmica e inovadora. Nos últimos anos, os parceiros sociais entenderam prosseguir um diálogo mais autónomo, estando a adoptar um conjunto de iniciativas diversas, nomeadamente um número crescente de textos conjuntos de "nova geração", caracterizados pelo facto de o seu acompanhamento ser assegurado pelos próprios parceiros sociais. Este processo exige uma interacção mais intensa entre os diferentes níveis de relações laborais, incluindo sistemas eficazes de relações laborais e estruturas de parceiros sociais a nível nacional.

Alargamento: desafios e oportunidades

O alargamento irá reforçar a necessidade de diálogo social e de parceria. Cria novas oportunidades para as economias e as empresas da UE, mas são ainda necessários ajustamentos importantes, em especial no que respeita às economias dos novos Estados-Membros. A parceria assumirá, por conseguinte, uma importância especial na gestão do impacto dos processos contínuos de reestruturação nesses países.

Todavia, o alargamento da UE representa também um desafio para o diálogo social europeu. O diálogo social nos novos Estados-Membros caracteriza-se pela predominância das estruturas tripartidas, por organizações de parceiros sociais relativamente novas e por um diálogo social bilateral pouco desenvolvido aos níveis nacional e sectorial. A questão da **capacidade técnica** dos parceiros sociais é importante neste contexto.

O alargamento irá também colocar desafios à **capacidade técnica das organizações de parceiros sociais europeus**. Multiplicará a variedade de tradições em matéria de relações laborais e implicará delegações negociais mais numerosas, o que poderá dificultar a obtenção de acordos.

Objectivo da Comunicação

As Comunicações relativas ao diálogo social de 1998 e 2002 descreviam e estabeleciam o enquadramento institucional em que operam os parceiros sociais europeus, agora perfeitamente enraizado¹.

Com a aproximação do meio termo da execução da estratégia de Lisboa e da revisão da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, é chegado o momento de dar conta dos resultados do diálogo social europeu, em especial tendo em conta os recentes apelos no sentido da instituição de parcerias para a mudança que ajudem a operar as reformas necessárias à concretização atempada dos objectivos de Lisboa. Acresce que o recente alargamento da UE acontece num momento de importantes desenvolvimentos qualitativos no âmbito do diálogo social europeu.

Com este pano de fundo, e reconhecendo plenamente o amplo âmbito do diálogo social, **o objectivo da presente Comunicação consiste em promover a sensibilização e a compreensão dos resultados do diálogo social europeu, melhorar o seu impacto e propiciar novos desenvolvimentos com base numa interacção eficaz entre diferentes níveis de relações laborais.**

2. A AGENDA DA REFORMA: COMPETITIVIDADE E MAIS E MELHORES EMPREGOS

Num mundo marcado pela celeridade da mudança e pela elevada mobilidade de capitais e tecnologias, a qualidade dos recursos humanos constitui o factor determinante da competitividade internacional.

Estas transformações fundamentais estão a mudar a forma como a Europa trabalha, o perfil do emprego e o pensamento tradicional sobre o funcionamento dos mercados laborais da UE. As empresas têm de responder à mudança estrutural, bem como reavaliar as competências de que carecem e a forma de organizar a produção, em geral, e os processos laborais, em particular.

O desafio que se vislumbra é o de melhorar a qualidade no trabalho, com vista a gerir positivamente todas as dimensões da mudança – económica, social e ambiental – a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável e a coesão social, mobilizando e desenvolvendo as plenas potencialidades da força de trabalho actual e futura. A necessidade de reforçar a adaptabilidade de trabalhadores, empresas e sectores nas economias da UE assume, pois, importância fundamental.

2.1 Melhorar a adaptabilidade

Para melhorar a adaptabilidade, é importante encontrar um equilíbrio entre flexibilidade e segurança na relação de emprego. Este aspecto é fundamental para os empregadores, permitindo-lhes gerir empresas competitivas, e para os trabalhadores, que podem, assim, beneficiar de condições de trabalho e salariais dignas.

Neste contexto, emergem novas questões relativas à forma de conduzir a gestão da força de trabalho, estando os parceiros sociais a todos os níveis a negociar compromissos no que

¹ Comunicação da Comissão - *Adaptar e promover o diálogo social a nível comunitário*, COM(1998) 322 final; Comunicação da Comissão - *O diálogo social europeu, força de modernização e de mudança*, COM(2002) 341 final.

respeita a relações de emprego, possibilidades de aprendizagem ao longo da vida, disposições flexíveis de horário de trabalho e organização de mercados laborais de transição.

2.2 Investir em capital humano e em qualidade do emprego

A sustentabilidade do emprego e o crescimento da produtividade têm de ser apoiadas por um investimento acrescido e mais eficaz em capital humano e por uma maior qualidade dos postos de trabalho². Um sistema bem desenvolvido de relações laborais pode contribuir para criar condições favoráveis à inovação, à melhoria da qualidade do emprego e à competitividade.

Investir na qualidade do emprego em termos de saúde e segurança no local de trabalho, de acesso adequado à formação e ao desenvolvimento de competências em todos os grupos etários e no que diz respeito a boas condições de trabalho que fidelizem e atraiam a mão-de-obra constituem importantes ingredientes para dar resposta ao desafio da gestão da mudança.

As estruturas organizacionais do trabalho com um elevado nível de desempenho criam-se por via de relações consensuais entre gestores e trabalhadores, o que pode ser alcançado mais eficazmente através da negociação e colaboração a nível da empresa.

2.3 Atrair mais pessoas ao mercado de trabalho

A Europa precisa de tornar o trabalho uma opção real para todos. A necessidade de haver taxas mais elevadas de emprego e de participação no mercado de trabalho é, tanto mais premente, quanto se tenha em conta o futuro declínio da população em idade activa.

Através da negociação colectiva, os parceiros sociais podem contribuir para melhorar as disposições do mercado laboral, a fim de criar incentivos para os empregadores recrutarem pessoas desempregadas com maior facilidade, e para ajudar a combater o trabalho não declarado. As taxas de participação na UE podem aumentar através da supressão das barreiras que continuam a obstar à participação no mercado de trabalho das mulheres e das pessoas com deficiência.

Uma outra fonte importante a explorar para aumentar a oferta de mão-de-obra consistirá em garantir que as pessoas permanecem em actividade por períodos mais alargados, o que exige o desenvolvimento de estratégias globais de envelhecimento activo³. É urgente a intervenção dos parceiros sociais no sentido de eliminar os incentivos à reforma antecipada, em conjugação com a criação de outros que encorajem as pessoas a prolongar a vida activa.

2.4 Concretizar reformas

O relatório do Grupo de Missão para o Emprego⁴ defende que uma reforma sustentável exige o investimento em "capital político" e esforços para desenvolver instituições inteligentes e eficazes.

² Comunicação da Comissão - *Melhorar a qualidade do emprego: análise dos progressos recentes*, COM (2003) 728 final.

³ Comunicação da Comissão - *Aumentar os níveis de emprego dos trabalhadores mais velhos e retardar a saída do mercado de trabalho*, COM(2004) 146 final.

⁴ *Jobs, Jobs, Jobs – Creating more employment in Europe*, Relatório do Grupo de Missão para o Emprego, Novembro de 2003.

A Comissão apela aos parceiros sociais europeus e nacionais que participem numa genuína parceria para a mudança, intensificando esforços para dar resposta aos temas anteriormente identificados e garantindo que os seus contributos são tão concretos e eficazes quanto possível.

3. O PAPEL DOS PARCEIROS SOCIAIS: NECESSIDADE DE UMA PARCERIA REFORÇADA

3.1 O diálogo social europeu como forma de melhorar a governança

O diálogo social europeu na sua forma actual evoluiu consideravelmente desde o seu lançamento em 1985. **Quantitativamente**, o trabalho dos vários comités de diálogo social resultou na adopção, por parte dos parceiros sociais, de mais de trezentos textos conjuntos, tendo aqueles encetado vários **projectos transnacionais conjuntos**.

Nos últimos anos, tem-se registado uma **alteração qualitativa** na natureza do diálogo social no sentido de uma **maior autonomia**. Este facto traduz-se pela crescente adopção, por parte dos parceiros sociais, de textos da "nova geração", nos quais assumem determinados compromissos ou emitem recomendações aos seus membros nacionais, procurando activamente dar seguimento ao texto a nível nacional.

Esta evolução do diálogo social é coerente com os esforços mais gerais da Comissão no sentido de melhorar a governança europeia. O diálogo social constitui, de facto, um exemplo pioneiro de um processo aperfeiçoado de consulta e da aplicação prática da subsidiariedade, sendo amplamente reconhecido o seu contributo essencial para uma melhor governança em resultado da proximidade dos parceiros sociais em relação às realidades dos locais de trabalho. De facto, os parceiros sociais diferem, na sua natureza, de outras organizações, como os grupos de pressão ou interesse, em virtude da sua capacidade de participação na negociação colectiva.

Pesem embora os resultados conseguidos pelos parceiros sociais europeus e alguns desenvolvimentos promissores (ver Anexo 1), o **impacto** das suas iniciativas pode ser reforçado, em especial no tocante aos textos da nova geração, muitos dos quais abordam temas da agenda de Lisboa. Uma dificuldade comum prende-se com o facto de muitos textos comportarem disposições imprecisas e vagas em matéria de medidas a tomar. Uma continuidade eficaz a nível nacional só é, no entanto, possível, se os textos dos parceiros sociais europeus incluírem disposições detalhadas nesse sentido.

3.2 Necessidade de sinergias positivas

Para que os parceiros sociais europeus possam contribuir eficazmente para a concretização dos objectivos da estratégia de Lisboa, é essencial uma boa interacção entre os diferentes níveis de relações laborais.

3.2.1 Sinergias com o nível nacional

A crescente autonomização do diálogo social europeu, em especial a cada vez mais habitual adopção de iniciativas diversas e de textos da nova geração a que os próprios parceiros sociais dão continuidade, significa que a interacção eficaz entre os níveis europeu e nacional de relações laborais é crucial. A existência de relações laborais de boa qualidade a nível nacional assume, pois, importância fundamental.

Capacidades

Na prática, o impacto dos textos dos parceiros sociais irá dependerá em grande medida da **vontade política** dos membros nacionais para implementarem o texto, bem como das suas **capacidades técnicas** para o fazerem, designadamente, a sua representatividade. Os dados sobre as taxas de cobertura de acordos colectivos nos Estados-Membros, em especial após o alargamento, sugerem que a aplicação eficaz pode revelar-se problemática em vários Estados-Membros.

A Comissão insta os parceiros sociais e os Estados-Membros a trabalharem em conjunto para ajudar os primeiros a reforçar as capacidades administrativas das organizações nacionais de parceiros sociais, por exemplo através das possibilidades oferecidas pelos fundos estruturais, em especial o Fundo Social Europeu (FSE)⁵.

As **autoridades públicas nacionais** poderão desempenhar um papel potencial, facilitando a aplicação de textos europeus em alguns Estados-Membros. De facto, este papel potencial está traduzido no nº 2 do artigo 139º do Tratado CE, onde se afirma que os acordos devem ser aplicados de acordo com os processos e práticas “próprios dos parceiros sociais e dos Estados-Membros” (itálico nosso). Por exemplo, se um texto, ou respectivas disposições, são aplicados a nível nacional através de um acordo colectivo, em Estados-Membros onde a utilização de processos de extensão faz parte da prática normal das relações laborais, este facto poderá ajudar a alargar o âmbito e o impacto do texto europeu. Em alguns Estados-Membros, poderá ser igualmente útil a instituição de mecanismos e estruturas tripartidos.

Sensibilização

Para que sejam maximizadas as sinergias entre os planos europeu e nacional, é importante assegurar que os parceiros sociais **promovem a sensibilização** relativamente aos seus textos a todos os níveis, através da organização de actividades promocionais. Por conseguinte, a realização de reuniões regulares entre os parceiros sociais europeus e os seus membros nacionais, tais como nos comités de diálogo social, conferências, ou outros eventos organizados pelos próprios parceiros sociais, assumirá uma importância ainda mais crucial numa Europa alargada, para assegurar uma aplicação eficaz dos textos da nova geração.

Transparência

Para maximizar sinergias, será também fundamental assegurar a **transparência** dos resultados do diálogo social europeu a todos os envolvidos na negociação e no seguimento dado aos textos. O significado e o estatuto dos textos produzidos pelos parceiros sociais europeus nem sempre são facilmente compreendidos pelos que não estão directamente envolvidos no diálogo, em parte devido à vasta gama de títulos e formatos usados e à utilização algo imprecisa de terminologia. Contudo, esta imprecisão, bem como a ausência de clarificação, aquando das negociações, de todos os aspectos relativos ao seguimento que será dado aos textos, podem resultar em dificuldades no momento da sua aplicação prática.

A Comissão identificou duas categorias principais de textos susceptíveis de serem considerados textos da "nova geração": acordos autónomos e textos orientados para os processos, que formulam recomendações de diversos tipos (quadros de acção, directrizes, códigos de conduta e orientações políticas). A diferença essencial entre os dois é que os

⁵ COM (2004) 493 final.

acordos devem ser aplicados e acompanhados até uma data determinada, enquanto que o segundo tipo conduz a uma abordagem mais orientada para os processos, implicando uma informação regular sobre os progressos obtidos na consecução dos objectivos dos textos. Estas categorias são explicadas com maior pormenor na tipologia incluída no Anexo 2.

A Comissão incentiva os parceiros sociais a melhorar a clareza dos respectivos textos e a incluir nos seus textos de nova geração disposições circunstanciadas relativas ao seguimento a dar-lhes. Para tal, a Comissão convida-os a utilizar a tipologia e as sugestões de redacção de uma lista de verificação incluídos nos anexos e a investir em acções conjuntas de acompanhamento.

3.2.2 Sinergias entre sectores

Os parceiros sociais em diferentes sectores – aos níveis europeu, nacional e da empresa – podem aprender bastante com as experiências uns dos outros. Os resultados do diálogo social europeu poderão, em consequência, ser melhorados através do reforço das sinergias **entre os vários sectores**, bem como **entre os níveis sectorial e intersectorial europeus**. Por exemplo, no domínio da aprendizagem ao longo da vida, alguns sectores (serviços postais, banca, limpeza industrial) mencionaram o quadro intersectorial de acção. Do mesmo modo, sobre a questão do teletrabalho, os parceiros sociais do sector da electricidade e dos sectores públicos locais e regionais adoptaram textos conjuntos, congratulando-se pelo acordo intersectorial e instando os seus membros a aplicá-lo nos sectores respectivos segundo os procedimentos e práticas próprios das entidades patronais e dos sindicatos até Julho de 2005, prazo para a aplicação do referido acordo. Ambos os sectores se comprometem igualmente a acompanhar a aplicação do acordo nos seus sectores em 2005.

A Comissão insta os parceiros sociais a continuar a explorar abordagens idênticas. Uma divulgação mais vasta, por parte dos parceiros sociais, dos resultados do seu diálogo revelar-se-ia útil neste contexto e a Comissão ajudá-los neste processo.

3.2.3 Sinergias entre o diálogo social europeu e o nível da empresa

Por último, os parceiros sociais podem explorar as sinergias possíveis entre o **diálogo social europeu e o nível de empresa**. Um exemplo desta cooperação encontra-se nas ligações entre o diálogo social europeu e os **conselhos europeus de empresa**. Nos últimos anos, tem vindo a assistir-se a um intenso desenvolvimento do diálogo social a nível da empresa e à adopção de acordos no seio de grupos europeus. Aproximadamente 650 conselhos europeus de empresa foram já criados, englobando por vezes as principais empresas do sector.

É cada vez mais amplo o leque de questões a considerar no âmbito destes conselhos, extravasando-se as temáticas fulcrais, como o desempenho da empresa e o emprego, e abarcando outras com uma forte dimensão europeia, como é o caso da saúde e da segurança, da igualdade de oportunidades, da formação e da mobilidade, da responsabilidade social das empresas e das preocupações ambientais. Nos casos em que estes e outros tópicos idênticos estão a ser abordados pelos parceiros sociais a nível sectorial, poderá proporcionar-se uma oportunidade de sinergias entre este nível e os conselhos europeus de empresa do sector em questão.

Os parceiros sociais europeus poderão fazer uso da oportunidade proporcionada pela consulta encetada pela Comissão relativamente à revisão da directiva sobre os conselhos europeus de empresa para melhorar as ligações entre estes e o diálogo social.

Ao procurar promover sinergias entre os níveis europeu e da empresa, outra via a explorar é a ligação entre o **diálogo social e as políticas de empresa de promoção da responsabilidade social das empresas (RSE)**⁶. Nas duas últimas décadas, as empresas encetaram várias iniciativas de responsabilidade social e ambiental, por vezes em resposta a pressões das partes interessadas. Alguns dos parceiros sociais sectoriais europeus estão a empreender iniciativas relacionadas com a RSE, designadamente cartas e códigos de conduta.

4. O PAPEL DA COMISSÃO NO APOIO AO DIÁLOGO SOCIAL

Nos termos do nº 1 do artigo 138º do Tratado CE, cabe à Comissão promover a consulta dos parceiros sociais e tomar todas as medidas necessárias para facilitar o seu diálogo, assegurando um apoio equilibrado às partes.

4.1 Reforçar e alargar a parceria

A Comissão considera que a negociação constitui o meio mais adequado para solucionar questões relacionadas com a organização do trabalho e as relações de emprego, quer ao nível sectorial, quer intersectorial, e acolhe com agrado o desejo dos parceiros sociais de prosseguirem um diálogo mais autónomo e contribuírem para a consecução dos objectivos de Lisboa. Incentiva igualmente os parceiros sociais a fazer uso da possibilidade oferecida por várias directivas comunitárias, no sentido de determinadas problemáticas serem solucionadas através de negociações entre os parceiros sociais, a todos os níveis pertinentes.

Na sequência das conclusões do Conselho Europeu de Março de 2004 sobre a necessidade de uma parceria para a mudança, a Comissão acompanhará o seguimento dado pelos parceiros sociais aos seus contributos e à avaliação da concretização dos objectivos de Lisboa.

4.2 Intensificar o apoio às estruturas de diálogo social europeu no contexto do alargamento

No contexto de uma Europa alargada, há que multiplicar os apoios ao diálogo social bipartido. Os comités de diálogo social são os órgãos adequados para o desenvolvimento do diálogo social. A Comissão incentivará novos sectores a desenvolver um diálogo social e a contribuírem para os esforços em prol dos objectivos de Lisboa.

O diálogo social europeu carece de alicerces sólidos, o que implica a necessidade de relações laborais de qualidade reforçada aos níveis nacional e descentralizado, em alguns casos.

A Comissão continuará a incentivar o desenvolvimento do diálogo social bilateral nos novos Estados-Membros e aumentará os seus apoios aos parceiros sociais europeus para que possam fazer face às consequências do alargamento.

É, todavia, importante salientar que, uma vez que os parceiros sociais são autónomos e o diálogo social na UE assenta na liberdade do direito de associação, a criação de capacidades é essencialmente um processo da base para o topo que depende dos esforços dos próprios parceiros sociais.

⁶ Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: *Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*, COM(2002) 347 final.

Alargar e actualizar os estudos sobre representatividade

A fim de identificar os parceiros sociais a consultar nos termos do artigo 138º do Tratado CE, a Comissão realiza estudos sobre a representatividade das organizações europeias. Esta informação é também importante para a criação de novos comités de diálogo social sectorial, bem como para a avaliação da Comissão sobre a representatividade das partes signatárias de acordos celebrados com base no nº 2 do artigo 139º do Tratado CE.

Tendo em vista a multiplicação dos comités de diálogo social sectorial e o alargamento da UE, há que acelerar o ritmo actual a que se sucedem os estudos e as monografias, devendo os estudos existentes ser regularmente actualizados e disponibilizados ao público.

A Comissão propõe que estes estudos de representatividade sejam efectuados pelo Observatório Europeu das Relações Laborais da Fundação de Dublin.

4.3 Melhorar o impacto e o acompanhamento do diálogo social europeu

A Comissão congratula-se com a cada vez mais frequente adopção de textos de parceiros sociais que formulam várias recomendações aos respectivos membros no sentido de haver um seguimento a nível nacional (ver Anexo 2).

Incentiva os parceiros sociais a recorrer com maior frequência, para o seguimento a dar a esses textos, a técnicas de revisão interpares inspiradas pelo método aberto de coordenação, através, por exemplo, da definição de metas (quantitativas, sempre que possível) ou parâmetros de referência e da informação regular sobre os progressos na sua consecução.

A Comissão irá melhorar a visibilidade do diálogo social europeu e apoiará os parceiros sociais no acompanhamento dos seus próprios textos, através:

- da exploração de formas de promover a partilha de experiências sobre práticas de acompanhamento, por exemplo através da produção de boletins electrónicos, do Fórum de Ligação e de espaços de intercâmbio de experiências;
- do apoio aos parceiros sociais, que estarão disponíveis no sítio Internet do diálogo social. Este apoio pode revestir a forma de uma tipologia de textos de diálogo social assente naquela proposta na presente comunicação, de um glossário de terminologia do diálogo social, de um conjunto de sugestões de redacção de uma lista de verificação para textos da nova geração, de bons exemplos de disposições de acompanhamento, de informações sobre acordos de empresa europeus e de todas as outras informações úteis. A Comissão incluirá igualmente todos os textos dos parceiros sociais numa base de dados;
- do reforço do apoio financeiro a acções conjuntas de seguimento por parte dos parceiros sociais europeus;
- da organização de seminários nacionais em cada Estado-Membro – a começar pelos novos Estados-Membros – visando a sensibilização para a importância do diálogo social europeu nas relações laborais a nível nacional.

4.4 Acordos autónomos

A Comissão reconhece plenamente a autonomia negocial dos parceiros sociais nas matérias da sua competência.

Contudo, no caso específico de acordos autónomos aplicados em conformidade com o n.º 2 do artigo 139.º do Tratado CE, a Comissão tem um papel específico a desempenhar caso o referido acordo seja resultado de uma consulta nos termos do artigo 138.º, nomeadamente porque a decisão de os parceiros sociais negociarem um acordo suspende temporariamente o processo legislativo comunitário iniciado pela Comissão neste domínio.

Ainda que respeitando o princípio de autonomia dos parceiros sociais, a Comissão publicará os acordos autónomos e informará o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros, após ter realizado uma avaliação ex-ante, como normalmente faz no caso de acordos celebrados nos termos do n.º 2 do artigo 139.º, a serem aplicados por decisão do Conselho.

No termo do período de aplicação e acompanhamento, e dando porém precedência ao acompanhamento realizado pelos próprios parceiros sociais, a Comissão realizará a sua própria fiscalização do acordo, de modo a avaliar em que medida este contribuiu para a consecução dos objectivos comunitários.

Caso a Comissão decida que o acordo não cumpriu os objectivos comunitários, considerará a possibilidade de apresentar, se necessário, uma proposta de acto legislativo. A Comissão poderá também, a qualquer momento, exercer o seu direito de iniciativa, mesmo durante o período de aplicação, caso chegue à conclusão de que os parceiros sociais estão a atrasar a realização de objectivos comunitários.

Ainda que reconhecendo o amplo âmbito das competências dos parceiros sociais, e em linha com as anteriores preocupações da Comissão, sempre que estejam em causa direitos fundamentais ou importantes opções políticas, ou que se trate de situações em que as regras tenham de ser aplicadas uniformemente em todos os Estados-Membros e a cobertura tenha de ser completa, a preferência deverá ser dada a uma aplicação por decisão do Conselho. Os acordos autónomos também não são apropriados à revisão de directivas já existentes adoptadas pelo Conselho e o Parlamento Europeu através do processo legislativo normal.

4.5 Preparação da evolução futura

Tendo em conta o crescente número de textos da nova geração, a Comissão considera haver necessidade de um enquadramento que ajude a reforçar a coerência dos resultados do diálogo social e a melhorar a transparência. A presente comunicação constitui uma primeira etapa neste sentido, propondo uma tipologia (Anexo 2) e sugestões de redacção de uma lista de verificação (Anexo 3).

A Comissão irá analisar a possibilidade de elaborar um quadro mais extenso. A abordagem preferida pela Comissão seria a de os parceiros sociais negociarem o seu próprio enquadramento e a Comissão apela aos parceiros sociais para considerarem essa possibilidade.

O interesse e a importância da negociação colectiva transnacional têm vindo a aumentar nos últimos anos, especialmente em resposta à globalização e à união económica e monetária. Os conselhos europeus de empresa estão a adoptar vários acordos no seio de empresas

multinacionais que abrangem trabalhadores em diversos Estados-Membros. Verifica-se igualmente um interesse crescente por acordos transfronteiriços entre parceiros sociais de Estados-Membros geograficamente contíguos, bem como por acordos entre parceiros sociais de sectores específicos que englobem mais do que um Estado-Membro.

Tendo em conta esta tendência, a Comissão está a realizar um estudo sobre negociação colectiva transnacional, cujos resultados serão disponibilizados aos parceiros sociais. Numa fase posterior, a Comissão consultará os parceiros sociais sobre os resultados obtidos no tocante ao desenvolvimento de um enquadramento comunitário para a negociação colectiva transnacional.

Annex 1: Background to the European social dialogue

The European social dialogue has evolved considerably over recent years and is now well-established.

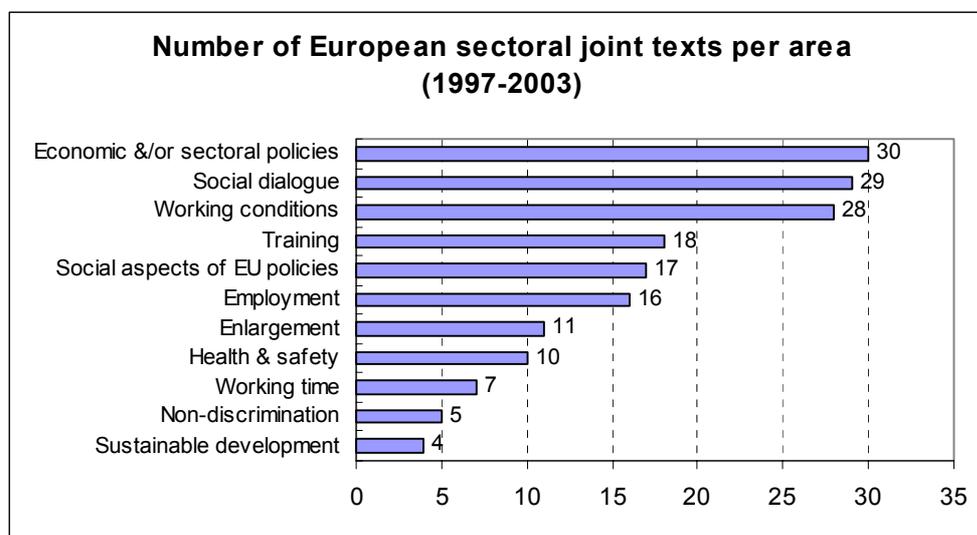
European **tripartite** social dialogue takes place within the Tripartite Social Summit for Growth and Employment, established in March 2003⁷, as well as the dialogues on macroeconomics, employment, social protection and education and training.

European **bipartite** social dialogue takes place within the cross-industry social dialogue committee and 30 sectoral social dialogue committees (see Annex 4), on the basis of work programmes adopted by the social partners.

Both bipartite and tripartite dialogue contribute to better cohesion and to building consensus by stimulating cooperation between levels of industrial relations players which helps to develop trust and mutual understanding.

Quantitatively, the work of the various social dialogue committees has resulted in the adoption of over 40 joint texts by the cross-industry social partners and approximately 300 by the sectoral social partners. These take a variety of forms, ranging from joint opinions to guidelines, codes of conduct and agreements. Some of these initiatives, such as three of the agreements concluded by the cross-industry social partners and those in the transport sector, have been implemented by Council directives.

The social dialogue has also evolved considerably in terms of the **scope** of the topics addressed. The topics covered by the social dialogue are diverse and have widened over the past few years.



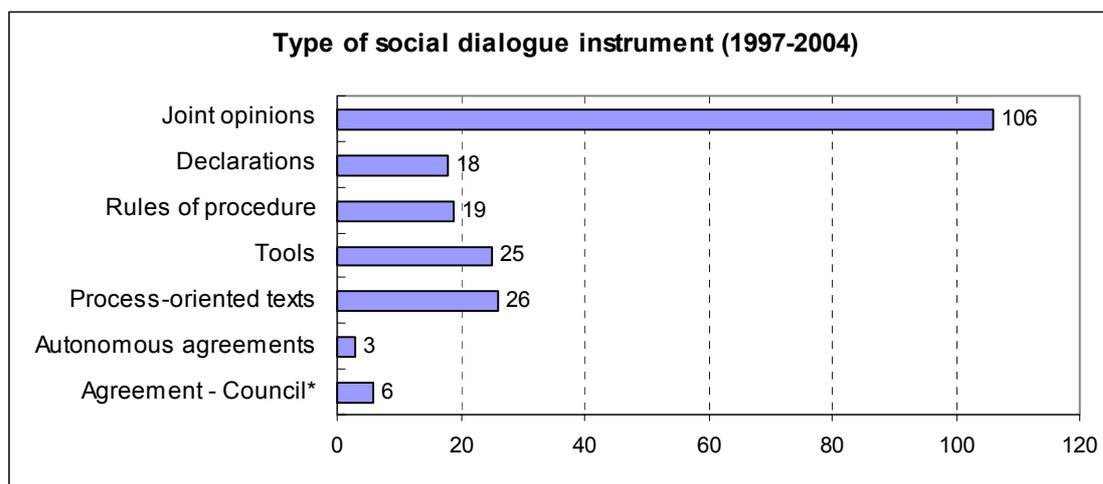
* This table identifies the main topic to which the joint text refers, however in practice many overlap categories.

The activities of the social partners are not confined to the adoption of joint texts. The social partners undertake many **transnational joint projects**. They consist of a large variety of activities, including the organisation of roundtables, studies, and the production of practical tools, such as handbooks on vocational training, health and safety and procurement practices. The transnational nature of these projects means that they make a very practical contribution to increasing the interplay between industrial relations actors at the European and national

⁷ OJ L 70, 14.3.2003, p. 31.

levels, promoting the exchange of experience and best practice, and improving understanding of European policy at the grass-roots level.

It is now widely recognised that better governance in the field of employment and social policy entails a **variety of policy instruments**, including a combination of legislation, social dialogue, corporate social responsibility, the open method of coordination, the structural funds, action programmes, mainstreaming measures, policy analysis and research. The variety of tools employed by the social partners reflects this recognition in the industrial relations field.



* Although the table covers the period 1997-2004, this category includes the cross-industry agreement on parental leave from 1995.

Many of the European social partners' joint opinions targeted at the European institutions have been important in influencing the content of EU legislation and policies, particularly by helping to identify the compromise position between the social partners.

More recently there has been a **qualitative** evolution in the European social dialogue towards greater autonomy. This is reflected partly by the social partners' increasing adoption of joint work programmes. Another indication of this qualitative shift is the increasing adoption by the social partners of '**new generation**' texts, which are characterised by the fact that the European social partners make recommendations to their members and the social partners undertake to follow them up at the national level.

In spite of the achievements of the European social dialogue so far, in certain areas its **impact** could be improved. In particular, the significance and status of the European social partners' texts is not always easy to understand to those not directly involved in their dialogue, partly because of the diversity of titles and formats employed, and the rather **loose use of terminology**.

The problem of the loose use of terminology by the social partners was first identified by the Commission in its Communication of June 2002,⁸ in which it called on the social partners to endeavour to clarify the terms used to describe their contributions and to reserve the term 'agreement' for texts implemented in accordance with the procedures laid down in Article 139(2) of the Treaty. Indeed the term 'agreement' has been employed in a very general way in the past. For example, it has been used for texts aimed at setting up social dialogue

⁸ COM(2002) 341 final.

committees, as well as texts which essentially make recommendations, rather than being real 'agreements'. Equally there are some texts which might arguably qualify as 'agreements' or other types of new generation texts, but which have weaker titles.

The impact of some of the European social partners' initiatives, especially the new generation texts, many of which address the Lisbon themes, could be improved by including more **detailed follow-up and reporting provisions**. At present these range from precise examples explaining how, through which structures and at which intervals the text will be evaluated, to much vaguer provisions, with the social partners simply undertaking to regularly discuss the follow-up given, or undertaking to follow it up but without giving any indication as to how often. Some texts include no follow-up provisions at all. Imprecise terminology, as well as failure to clarify all aspects of the follow-up of texts in negotiations, can result in difficulties when it comes to implementing them in practice.

Some promising developments include the cross-industry social partners' *Framework of actions on the lifelong development of competencies and qualifications* and the sugar sector's *Code of conduct on corporate social responsibility in the sugar industry*. Both include clear follow-up provisions and have produced their follow-up reports to schedule. Initiatives have recently been undertaken in the textile & clothing, leather & tanning sectors to implement their codes of conduct, and social partners in the agriculture sector are undertaking initiatives to follow-up their agreement on vocational training.

Annex 2: Typology of the results of European social dialogue

With a view to assisting understanding of the various social dialogue instruments and helping the social partners to improve transparency, the following typology identifies four broad categories, each of which has sub-categories: agreements implemented in accordance with Article 139(2); process-oriented texts; joint opinions and tools; and procedural texts. The social partners are encouraged to draw on this typology when drafting their texts in the future.

The **new generation texts**, which the social partners seek to follow-up themselves, fall within the first two categories, namely **autonomous agreements** and **process-oriented texts**.

It should be pointed out that the loose use of terminology makes it difficult to categorise some of the texts and some overlap categories.

I. Agreements implemented in accordance with Article 139(2): minimum standards

The texts in this category establish minimum standards and entail the implementation of certain commitments by a given deadline. Article 139(2) makes it clear that two main types of agreement fall within this category, the main difference relating to the method of implementation foreseen.

Agreements implemented in accordance with Article 139(2): minimum standards	
Type of agreement	Examples
<p><i>Agreements implemented by Council decision</i></p> <p>Implemented by Council decision, monitored by the Commission</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Framework agreement on parental leave, 1995 – Framework agreement on part-time work, 1997 – Framework agreement on fixed-term work, 1999 – European agreement on the organisation of working time of seafarers, 1998 – European agreement on the organisation of working time of mobile workers in civil aviation, 2000 – Agreement on certain aspects of the working conditions of mobile workers assigned to interoperable cross-border services, 2004⁹
<p><i>Autonomous agreements implemented by the procedures and practices specific to management and labour and the Member States</i></p> <p>Implementation and monitoring by the social partners</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Framework agreement on telework, 2002 – Framework agreement on work-related, stress, 2004¹⁰ – Agreement on the European licence for drivers carrying out a cross-border interoperability service, 2004

Agreements implemented by Council decision

The first kind of agreement consists of those which are implemented at the joint request of the signatory parties by a Council decision (in practice so far by Council directives) on a proposal from the Commission. This category includes the three cross-industry framework agreements on parental leave, part-time work and fixed-term contracts, as well as the maritime transport and civil aviation sector agreements on working time, and the railway sector agreement on the working conditions of mobile workers assigned to cross-border interoperable services. The three cross-industry framework agreements were negotiated as a result of a Commission

⁹ Implementation by Council decision requested at the time of publication.

¹⁰ Formal adoption pending at the time of publication.

consultation under Article 138, whereas the sectoral agreements make use of the space left to the social partners by a directive¹¹ to adapt the Community provisions to the specific needs of the sector.

The responsibility for ensuring that agreements implemented by Council decision are transposed and implemented lies with the Member States, even in cases where the provisions are implemented through collective bargaining by the social partners. Responsibility for monitoring these agreements lies with the Commission, although the social partners are systematically consulted on the implementation reports.¹²

Autonomous agreements

With regard to the second type of agreement – those implemented in accordance with the procedures and practices specific to management and labour and the Member States - it is the social partners themselves who are responsible for implementing and monitoring these agreements. The *Framework agreement on telework* of July 2002 is the first cross-industry example of this type of agreement and was the result of an Article 138 consultation. In May 2004 the cross-industry social partners concluded their second agreement of this type on the topic of work-related stress, which was also the result of an Article 138 consultation. However at the time of publication the agreement had not yet been formally approved.

Effective implementation and monitoring is important in the case of agreements of this kind, particularly if they have been negotiated subsequent to a Commission consultation under Article 138. Article 139(2) states that the Community level agreements "*shall* be implemented" (emphasis added), which implies that there is an obligation to implement these agreements and for the signatory parties to exercise influence on their members in order to implement the European agreement.

II. Process-oriented texts

This category consists of a variety of joint texts which are implemented in a more incremental and process-oriented way than agreements. In these texts the European social partners make recommendations of various kinds to their members for follow-up, and they should involve regular evaluation of the progress made towards achieving their objectives in order to ensure they have a real impact. The implementation of some aspects of these texts may require cooperation with national public authorities.

Texts of this kind can be useful in areas in which legislation at European level may not be the most appropriate solution, often because of the complex and diverse array of measures already in place in Member States, but in which the social partners may nevertheless have an interest in working together. They can also assist the exchange of good practice and mutual learning. Such texts sometimes help to prepare the ground for future Community legislation.

There are three main types of instrument falling within this category.

¹¹ In this instance Directive 93/104/EC concerning certain aspects of the organisation of working time (OJ L 307, 13.12.1993).

¹² The ETUC's European Trade Union Institute (ETUI) has produced its own implementation reports on the parental leave, part-time and fixed-term work agreements through its NETLEX network of national legal experts. The agreement on working time in civil aviation and the agreement on working conditions in the railway sector indicate that the social partners will undertake evaluations of the implementation of these agreements.

Frameworks of action

Frameworks of action consist of the identification of certain policy priorities towards which the national social partners undertake to work. These priorities serve as benchmarks and the social partners report annually on the action taken to follow-up these texts.

Guidelines and codes of conduct

Guidelines and codes of conduct make recommendations and/or provide guidelines to national affiliates concerning the establishment of standards or principles. In some cases these are intended to serve as principles or minimum European standards to be implemented at national or company level. In other cases they seek to promote higher standards than those provided for in existing legislation. This category also includes codes of conduct intended to promote the implementation in companies' supply chains of existing internationally agreed standards in the area of labour law established by international conventions. The content of some of these codes of conduct goes beyond the core ILO conventions.

Policy orientations

This sub-category refers to texts in which the social partners pursue a proactive approach to promoting certain policies among their members. The texts explain how these will be promoted (e.g. collection and exchange of good practice, awareness-raising activities) and how the social partners undertake to assess the follow-up given and its impact.

Process-oriented texts	
Type of text	Examples¹³
<i>Frameworks of action</i> - working towards common priorities Follow-up and annual reporting by the social partners	Framework of actions on the lifelong development of competencies and qualifications, 2002
<i>Guidelines, codes of conduct</i> - establishing standards or principles Regular follow-up and reporting by the social partners	Establishing new European standards or principles: <ul style="list-style-type: none">– Recommendation framework agreement on the improvement of paid employment in agriculture, 1997*– Agreement on promoting employment in the postal sector in Europe, 1998– Guidelines on telework in telecommunications, 2001– European agreement on guidelines on telework in commerce, 2001– Code of conduct – Guidelines for European hairdressers, 2001– Voluntary guidelines supporting age diversity in commerce, 2002– Joint declaration on lifelong learning in the banking sector, 2002– European agreement on vocational training in agriculture, 2002*– Code of conduct on CSR in the European sugar industry, 2003– Code of conduct and ethics for the private security sector, 2003– Electricity sector joint declaration on telework, 2003– Local & regional government joint statement on telework, 2004– Statement on promoting employment and integration of disabled people in the commerce and distribution sector, 2004

¹³ Some of these texts do not include detailed provisions on follow-up and reporting, but have been included because they consist of recommendations to the members of the signatory organisations.

	<ul style="list-style-type: none"> - Guidelines for customer contact centres (telecommunications), 2004 <p>Promoting and enforcing existing internationally agreed standards:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Code of conduct on child labour in the footwear sector, 1996 - Code of conduct for the European textile/clothing sector, 1997 - Agreement on Fundamental Rights and Principles at Work, in the commerce sector, 1999 - Code of conduct in the leather and tanning sector, 2000 - Code of conduct in the footwear sector, 2000 - Code of Conduct – A Charter for the social partners in the European woodworking industry, 2002
<p>Policy orientations – the proactive promotion of policies</p> <p>Regular follow-up and reporting by the social partners</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Joint recommendation on apprenticeship in the sugar sector, 1998 - Electricity sector joint declaration on equal opportunities/diversity, 2003 - Orientations for reference in managing change and its social consequences, 2003 (cross-industry social partners) - Joint Statement on Corporate Social Responsibility in commerce, 2003 - Common recommendations of the European social partners for the cleaning industry, 2004

* Although these texts are referred to as 'agreements', they have been included in this category as their provisions appear to consist mainly of recommendations to their members and do not include a date by which implementation of the various objectives must be accomplished.

III. Joint opinions and tools: Exchange of information

This category consists of social partner texts and tools which contribute to exchanging information, either upwards from the social partners to the European institutions and/or national public authorities, or downwards, by explaining the implications of EU policies to national members. The instruments in this category do not entail any implementation, monitoring or follow-up provisions.

Joint opinions

This category includes the majority of social partner texts adopted over the years such as their joint opinions and joint statements, which are generally intended to provide input to the European institutions and/or national public authorities. These include texts which respond to a Community consultation (green and white papers, consultation documents, Communications), which adopt a joint position with regard to a given Community policy, which explicitly ask the Commission to adopt a particular stance, or which ask the Commission to undertake studies or other actions.

Declarations

This category refers to texts which are essentially declarations – usually directed at the social partners themselves - outlining future work and activities which the social partners intend to undertake (e.g. the organisation of seminars, roundtables, etc).

Tools

This category refers to the tools developed by the social partners, such as guides and manuals providing practical advice to employees and companies on subjects such as vocational training, health and safety and public procurement, often with the assistance of Community grants. These can make a very practical contribution at the grass-roots level, for example by

helping to explain the implications of EU legislation on certain topics, or helping to exchange knowledge of good practice.

Joint opinions and tools	
Type of instrument	Examples¹⁴
Joint opinions	<ul style="list-style-type: none"> – Position on training and continuing training (mines), 2003 – Joint declaration on the European harmonisation of legislation governing the private security sector, 2001 – Joint declaration on the objectives of the European directive on private agency work (temporary work sector), 2001 – Joint opinion of the European social partners in aviation, 2001
Declarations	<ul style="list-style-type: none"> – Joint declaration on the social partners of the cleaning industry and EU enlargement, 2000 – Joint statement and final report on the study on life-long learning in the electricity sector, 2003
Tools	<ul style="list-style-type: none"> – Selecting best value – A guide for organisations awarding contracts for cleaning services (cleaning industry) – Training Kit of Basic Office Cleaning Techniques (cleaning industry) – European Vocational Training Manual for Basic Guarding (private security) – Brochure on tutoring in the construction industry, 2004 – Website of the postal sector social dialogue committee, 2003

IV. Procedural texts

This final category consists of texts which seek to lay down the rules for the bipartite dialogue between the parties. This includes the cross-industry social partners' *Agreement of 31 October 1991*, which made proposals for the revision of the policy-making procedures in the EC Treaty in the social policy field. These proposals were incorporated virtually verbatim into the Treaty on European Union by the Intergovernmental Conference of 1991. This category also includes the social partner texts which determine the rules of procedure for the sectoral social dialogue committees.

¹⁴ This list is not exhaustive and only provides a few examples.

Annex 3: Drafting checklist for new generation social partner texts

- Clearly indicate to whom they or the various provisions are addressed, e.g. the Commission, other European Union institutions, national public authorities, social partners;
- Indicate the status and purpose of the text clearly;
- Where applicable, indicate the deadline by which the provisions should be implemented;
- Indicate clearly how the text will be implemented and promoted at national level, including whether or not it should be implemented in a binding fashion in all cases;
- Indicate clearly through which structures the monitoring/reporting will be undertaken, and the purpose of the reports at different stages;
- Indicate when and/or at which intervals monitoring/reporting will take place;
- Specify the procedures to be followed for dispute settlement (e.g. disagreements over the interpretation of the meaning of the text);
- Be dated;
- Be signed;
- Agreements should include an annex listing the members of the signatory parties at whom the text is directed;
- Indicate which language(s) is/are the original.

Annex 4: The sectoral social dialogue committees

Sectors	Employees' organisations	Employers' organisations	Date of creation
Agriculture	EFFAT	GEOPA/COPA	1999
Audiovisual	EFJ, EURO-MEL, FIA, FIM	ACT, AER, CEPI, EBU, FIAPF	2004
Banking	UNI-Europa	EACB, ESBG, FBE	1999
Civil aviation	ECA, ETF	ACI EUROPE, AEA, CANSO, ERA, IACA	2000
Cleaning industry	UNI-Europa	EFCI	1999
Commerce	UNI-Europa	EuroCommerce	1999
Construction	EFBWW	FIEC	1999
Electricity	EMCEF, EPSU	EURELECTRIC	2000
Footwear	ETUF:TCL	CEC	1999
Furniture	EFBWW	UEA	2001
Horeca	EFFAT	HOTREC	1999
Inland waterways	ETF	EBU, ESO	1999
Insurance	UNI-Europa	ACME, BIPAR, CEA	1999
Live performance	EAEA	PEARLE	1999
Local & regional government	EPSU	CEMR	2004
Mines	EMCEF	APEP, Euracoal, Euromines, IMA	2002
Personal services	UNI-Europa	EU Coiffure	1999
Postal services	UNI-Europa	PostEurop	1999
Private security	UNI-Europa	CoESS	1999
Railways	ETF	CER	1999
Road transport	ETF	IRU	1999
Sea fishing	ETF	EUROPECHE/COGECA	1999
Sea transport	ETF	ECSA	1999
Shipbuilding	EMF	CESA	2003
Sugar	EFFAT	CEFS	1999
Tanning and leather	ETUF:TCL	COTANCE	2001
Telecommunications	UNI-Europa	ETNO	1999
Temporary work	UNI-Europa	Euro CIETT	2000
Textile and clothing	ETUF:TCL	EURATEX	1999
Woodworking	EFBWW	CEI-Bois	2000

Annex 5: List of European social partner organisations consulted under Article 138 of the EC Treaty

1. General cross-industry organisations
 - European Centre of Enterprises with Public Participation and of Enterprises of General Economic Interest (CEEP)
 - European Trade Union Confederation (ETUC)
 - Union of Industrial and Employers' Confederations of Europe (UNICE)
2. Cross-industry organisations representing certain categories of workers or undertakings
 - Eurocadres
 - European Association of Craft and Small and Medium-Sized Enterprises (UEAPME)
 - European Confederation of Executives and Managerial Staff (CEC)
3. Specific organisations
 - Eurochambres
4. Sectoral organisations representing employers
 - Airports Council International – Europe (ACI EUROPE)
 - Association of Commercial Television in Europe (ACT)
 - Association of European Airlines (AEA)
 - Association of European Cooperative and Mutual Insurers (ACME)
 - Association of European Public Postal Operators (PostEurop)
 - Association of European Radios (AER)
 - Association of National Organisations of Fishing Enterprises in the EU (EUROPECHE)
 - Civil Air Navigation Services Association (CANSO)
 - Committee of Agricultural Organisations in the European Union (COPA)
 - Community of European Railway and Infrastructure Companies (CER)
 - Community of European Shipyards' Associations (CESA)
 - Confederation of National Associations of Tanners and Dressers of the European Community (COTANCE)
 - Council of European Municipalities and Regions (CEMR)
 - Employers' Group of the Committee of Agricultural Organisations in the European Union (GEOPA)
 - Euracoal
 - Euromines
 - European Apparel and Textile Organisation (EURATEX)
 - European Association of Cooperative Banks (EACB)
 - European Association of Potash Producers (APEP)
 - European Banking Federation (FBE)
 - European Barge Union (EBU)
 - European Broadcasting Union (EBU)
 - European Committee of Sugar Manufacturers (CEFS)
 - European Community Shipowners Association (ECSA)
 - European Confederation of the Footwear Industry (CEC)
 - European Confederation of Hairdressing employers' organisations (EU Coiffure)
 - European Confederation of Woodworking Industries (CEI-Bois)

- European Construction Industry Federation (FIEC)
- European Coordination of Independent Producers (CEPI)
- European Federation of Cleaning Industries (EFCI)
- European Federation of National Insurance Associations (CEA)
- European Federation of Security Services (CoESS)
- European Furniture Manufacturers' Federation (UEA)
- European Industrial Minerals Association (IMA)
- European Regions Airline Association (ERA)
- European Savings Banks Group (ESBG)
- European Skippers' Organisation (ESO)
- European Telecommunications Network Operators' Association (ETNO)
- General Committee for Agricultural Cooperation in the European Union (COGECA)
- Hotels, Restaurants and Cafés in Europe (HOTREC)
- International Air Carrier Association (IACA)
- International Confederation of Temporary Work Businesses (Euro CIETT)
- International Federation of Film Producers' Associations (FIAPF)
- International Federation of Insurance Intermediaries (BIPAR)
- International Road Transport Union (IRU)
- Performing Arts Employers' Associations League Europe (PEARLE)
- Retail, Wholesale and International Trade Representation to the EU (EuroCommerce)
- Union of the Electricity Industry (EURELECTRIC)

5. European trade union organisations

- European Arts and Entertainment Alliance (EAEA)
- European Cockpit Association (ECA)
- European Federation of Building and Woodworkers (EFBWW)
- European Federation of Journalists (EFJ)
- European Federation of Public Service Unions (EPSU)
- European Federation of Trade Unions in the Food, Agriculture and Tourism Sectors and Allied Branches (EFFAT)
- European Metalworkers' Federation (EMF)
- European Mine, Chemical and Energy Workers' Federation (EMCEF)
- European Trade Union Federation: Textiles, Clothing and Leather (ETUF:TCL)
- European Transport Workers' Federation (ETF)
- International Federation of Actors (FIA)
- International Federation of Musicians (IFM)
- Union Network International – Europe (UNI–Europa)
- Union Network International – Media and Entertainment International – Europe (EURO-MEI)
- European Trade Union Committee for Education (ETUCE)*

The list will be adapted as new sectoral social dialogue committees are set up and/or in the light of the study on representativeness.

** Organisations affiliated to ETUC receiving copies of information.*